

São Paulo, 30 de março de 2022.

Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras

Em consonância com regras estabelecidas na Resolução BCB nº 2/2020, a Instituição está disponibilizando por meio deste arquivo as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Volkswagen S.A., para o exercício em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração Consolidada do Resultado;
- Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente;
- Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas;

Essas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 30 de março de 2022 e originalmente divulgadas no sítio eletrônico da Instituição (<https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/demonstracoes-financeiras>) em 30 de março 2022.

A Administração declara-se responsável pelas Demonstrações e documentos contidos no arquivo.

JÖRG MICHAEL PAPE
Presidente - Comitê de auditoria

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO
Diretor

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Banco Volkswagen S.A.

31 de dezembro de 2021

com Relatório do Auditor Independente

Banco Volkswagen S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas 1

Demonstrações financeiras consolidadas auditadas

Balanço patrimonial consolidado..... 6

Demonstração do resultado consolidada 8

Demonstração do resultado abrangente consolidada..... 9

Demonstração das mutações do patrimônio líquido consolidada 10

Demonstração do fluxo de caixa consolidada 11

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas..... 12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Volkswagen S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Volkswagen S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Volkswagen S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e arrendamento mercantil e provisão para redução ao valor recuperável

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2021, a carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil era de R\$ 24.955.436 mil, e a provisão para redução ao valor recuperável era de R\$ 2.177.044 mil. Devido à relevância dessas operações em relação ao total de ativos do Banco, a complexidade na gestão da carteira em função do elevado volume de transações e a exposição ao risco de crédito, consideramos a carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil e a provisão para redução ao valor recuperável como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito e arrendamento mercantil considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de risco por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) análise das políticas contábeis e modelos de estimativas de perda esperada da diretoria em comparação com os requisitos do IFRS 9, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito e arrendamento mercantil, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão redução ao valor recuperável com base nos ratings atribuídos, confirmação externa, avaliamos os recebimentos financeiros subsequentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para redução ao valor recuperável, em atendimento aos requisitos do IFRS 9.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil e a provisão para redução ao valor recuperável, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação da nota explicativa nº 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.



Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem e coexistem diante do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nosso exame, foram envolvidos especialistas para nos auxiliarem na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rui Borges
Contador CRC-1SP207135/O-2

Banco Volkswagen S.A.

Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota explicativa	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.527.064	1.722.712
Instrumentos financeiros derivativos	7	41.859	1.151
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8	133.428	137.326
Operações de crédito e arrendamento mercantil	10	12.213.409	9.722.389
Ativos fiscais			
Imposto de renda e contribuição social - correntes		295.639	364.746
Outros tributos a recuperar		46.348	45.461
Outros ativos	11	232.304	167.967
Outros valores e bens		9.557	4.612
		14.499.608	12.166.364
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	7	130.630	-
Operações de crédito e arrendamento mercantil	10	10.564.983	8.628.496
Ativos fiscais			
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17	1.488.363	1.458.617
Outros ativos	11	1.327.083	1.245.855
Outros valores e bens		5.215	7.842
Imobilizado	12	8.512	5.414
Intangível	13	28.502	30.107
		13.553.288	11.376.331
Total do ativo		28.052.896	23.542.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Volkswagen S.A.

Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota explicativa	2021	2020
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Depósitos	14	9.373.965	7.288.235
Obrigações por empréstimos e repasses	15	1.043.665	865.223
Recursos de letras financeiras	16	2.234.439	4.777.061
Instrumentos financeiros derivativos	7	3.970	22.353
Tributos a recolher		64.045	15.842
Sociais e estatutárias	21	-	101.668
Imposto de renda e contribuição social a recolher		294.444	472.426
Outros passivos	18	386.460	442.824
Dívidas subordinadas	19	204.070	145.637
		13.605.058	14.131.269
Não circulante			
Depósitos	14	3.143.190	1.124.137
Obrigações por empréstimos e repasses	15	1.098.214	770.725
Recursos de letras financeiras	16	3.724.495	1.011.646
Tributos a recolher		1.464	1.420
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	125.992	93.009
Instrumentos financeiros derivativos	7	20.395	866
Outros passivos	18	353.079	249.799
Dívidas subordinadas	19	1.783.940	1.846.364
Provisões para passivos contingentes e obrigações tributárias	20	1.266.576	1.251.656
		11.517.345	6.349.622
Total do passivo		25.122.403	20.480.891
Patrimônio líquido			
Capital social e reservas atribuídos aos acionistas do Banco	21		
Capital social		1.598.883	1.307.883
Reserva de lucros		1.147.757	1.589.148
Ajustes de avaliação patrimonial		24.028	(10.288)
		2.770.668	2.886.743
Participação dos não controladores		159.825	175.061
Total do patrimônio líquido		2.930.493	3.061.804
Total do passivo e patrimônio líquido		28.052.896	23.542.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Volkswagen S.A.**Demonstração consolidada do resultado em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota explicativa	2021	2020
Receitas de juros e rendimentos similares	23	2.735.774	2.483.468
Despesas de juros e encargos similares	23	(1.169.963)	(783.920)
Receita líquida de juros		1.565.811	1.699.548
Receita de prestação de serviços		182.090	191.134
Receita de comissões na venda de seguros		169.255	153.862
Provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito e de arrendamento mercantil	10	(530.352)	(736.070)
Despesas gerais e administrativas	24	(491.519)	(495.579)
Outras receitas operacionais	25	368.255	330.336
Outras despesas operacionais	26	(647.663)	(540.568)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		615.877	602.663
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	(341.141)	(562.073)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	24.667	316.709
Lucro líquido do exercício		299.403	357.299
Atribuível a:			
Acionistas do Banco		260.609	316.282
Participação dos não controladores		38.794	41.017
Lucro líquido básico e o líquido por ação atribuído aos acionistas do Banco (expresso em reais por ação)	22	0,83	1,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Volkswagen S.A.

Demonstração do resultado abrangente consolidado em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	<u>299.403</u>	<u>357.299</u>
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa	34.316	(3.699)
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>333.719</u></u>	<u><u>353.600</u></u>
Atribuível a:		
Acionistas do Banco	294.925	312.583
Participação dos não controladores	38.794	41.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Volkswagen S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora							Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Subvenção de incentivos fiscais	Distribuição de dividendos adicionais	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados			Total
Em 1º de janeiro de 2020	1.307.883	18.515	-	209.813	1.146.206	(6.589)	-	2.675.828	134.045	2.809.873
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(3.699)	-	(3.699)	-	(3.699)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	316.282	316.282	41.016	357.298
Destinação do resultado										
Transferência entre reservas	-	-	-	17.837	298.445	-	(316.282)	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	291.000	-	(291.000)	-	-	-	-	-
Dividendos propostos (R\$ 0,32/ação) AGE 31/12/20	-	-	-	-	(101.668)	-	-	(101.668)	-	(101.668)
Em 31 de dezembro de 2020	1.307.883	18.515	291.000	227.650	1.051.983	(10.288)	-	2.886.743	175.061	3.061.804
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	34.316	-	34.316	-	34.316
Aumento de Capital	291.000	-	-	-	(291.000)	-	-	-	-	-
Baixa de participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.030)	(20.030)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	260.609	260.609	38.794	299.403
Destinação do resultado										
Transferência entre reservas	-	-	-	16.128	244.481	-	(260.609)	-	-	-
Dividendos pagos (R\$ 0,93/ação) AGE 22/03/21	-	-	(291.000)	-	-	-	-	(291.000)	-	(291.000)
Dividendos pagos (R\$ 0,38/ação) AGE 31/03/21	-	-	-	-	-	-	(120.000)	(120.000)	-	(120.000)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.000)	(34.000)
Em 31 de dezembro de 2021	1.598.883	18.515	-	243.778	1.005.464	24.028	(120.000)	2.770.668	159.825	2.930.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		299.403	357.299
Ajustes ao lucro líquido:			
Provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito e arrendamento mercantil	10	530.352	736.070
Resultado de obrigações por instrumentos financeiros derivativos		(9.714)	131
Receita de Juros atualização de contrato de mutuo		(9.211)	(5.894)
Recursos de consorciados – grupos encerrados		(6.074)	(7.186)
Depreciação, amortização e perda por redução ao valor recuperável	24	4.494	9.606
(Lucro) prejuízo na alienação de imobilizado / intangível	25 e 26	4.907	(144)
Constituição de provisão para passivos contingentes e obrigações (i)	20	88.202	164.071
Juros de dívidas subordinadas		181.912	179.289
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(24.667)	(316.709)
Fluxos de caixa das atividades operacionais antes das variações nos ativos e passivos operacionais (ii)		1.059.604	1.116.533
Redução (aumento) em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(131.978)	4.179
Aumento em operações de crédito e arrendamento mercantil		(4.957.859)	(1.827.758)
Redução em outros ativos e outros valores e bens		173.816	393.412
Aumento em depósitos		4.104.783	59.021
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses		505.931	(1.219.450)
Aumento (redução) em recursos de letras financeiras		170.227	3.062.941
Aumento (redução) em tributos a recolher		48.247	(4.716)
Aumento (redução) em outros passivos		60.862	267.067
Aumento (redução) em provisões para passivos contingentes		(73.282)	(24.028)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(412.534)	(368.195)
Caixa líquido das atividades operacionais		547.817	1.459.006
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado / intangível	12 e 13	(8.958)	(12.536)
Alienações de imobilizado / intangível	12 e 13	(1.935)	25.438
Caixa líquido das atividades de investimento		(10.893)	12.902
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Redução em obrigações por dívidas subordinadas		(185.903)	(143.691)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	21	(546.669)	(539.105)
Caixa líquido das atividades de financiamento		(732.572)	(682.796)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(195.648)	789.112
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	1.722.712	933.600
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	1.527.064	1.722.712
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(195.648)	789.112
Informações complementares sobre o fluxo de caixa			
Juros recebidos		2.699.486	2.464.888
Juros pagos		586.875	706.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

1 Informações gerais

O Banco Volkswagen S.A. (o “Banco”) e suas controladas (conjuntamente, o “Grupo”) está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações do Grupo são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin America, Audi Brasil e Ducati do Brasil.

No exercício de 2020, o Banco ingressou como participante do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, sob código da instituição financeira 393 - Banco Volkswagen, com conta reserva própria no Banco Central do Brasil.

O Banco é uma sociedade anônima com sede em São Paulo – SP na Rua Volkswagen, 291 e sua controladora final é a Volkswagen AG, localizada na cidade de Wolfsburg, na Alemanha.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2022.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas a informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Banco no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(b) Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Interest Rate Benchmark Reform (IBOR Reform) Fase II IFRS 7–Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 9–Instrumentos Financeiros, IFRS 16–Arrendamentos e IAS 39–Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: Fase II da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR). As alterações resumem-se em:

- Modificação de ativos e passivos financeiros: Expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato;

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais**

- *Hedge accounting*: Fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de hedge (Fase I) com o reconhecimento em resultado da parcela inefetiva, criação de subcarteiras para segregação dos contratos com as taxas alteradas para hedges de grupo de itens, prazo de 24 meses para identificação e segregação de novo risco baseado na alteração das taxas de juros, e atualizações nas documentações de *hedge*;

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. O Banco não está exposto às taxas *Libor* e *Euribor* nas estruturas de *hedge accounting*, bem como em ativos e passivos financeiros, incluindo derivativos.

(i) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

- Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumerizem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros. As análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.
- Alterações da IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros – Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. As análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.
- Alterações na IAS 12 – Impostos sobre a Renda – Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. A administração está avaliando os possíveis impactos e a análise será concluída até a data de entrada em vigor da norma.

2.2 Consolidação

Controladas

Controladas são todas as entidades, inclusive sociedades de propósito específico (“SPE”), nas quais o Banco detém o controle, normalmente caracterizado pelo poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhado de uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. Uma SPE pode desenvolver diversos tipos de atividade e pode ter a forma de uma companhia, fundação, sociedade ou uma outra que não seja uma forma societária usual, como por exemplo um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”).

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

O método de aquisição é usado para contabilizar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são considerados como despesas no momento em que forem incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Banco Volkswagen S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em milhares de reais

Cinco empresas nacionais e dois FIDCs, apresentados abaixo, foram integralmente consolidados na data da demonstração financeira. As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Escopo de consolidação

Além do Banco, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as empresas abaixo:

Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda., empresa que administra os recursos provenientes das cotas dos grupos de consórcio de veículos Volkswagen, na qual o Banco tem participação de 100%, sendo assim controle direto;

Volkswagen Serviços Ltda., empresa prestadora de serviços de assessoria e consultoria técnica e administrativa, na qual o Banco não tem participação direta, mas possui poder de determinar as políticas financeiras e de negócios que irão beneficiar o Grupo com recursos provenientes de suas atividades;

Volkswagen Corretora de Seguros Ltda., empresa de corretagem de seguros, na qual o Banco não participa diretamente, porém possui poder de determinar as políticas financeiras e de negócios que irão beneficiar o Grupo com recursos provenientes de suas atividades;

Volkswagen Administradora de Negócios Ltda., empresa de prestação de serviço de assessoria e consultoria, compra e venda de recebíveis e revenda de veículos, na qual o Banco não participa diretamente, porém possui poder de determinar as políticas financeiras e de negócios que irão beneficiar o Grupo com recursos provenientes de suas atividades.

Driver Brasil Four Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos (FIDC), uma SPE da qual o Banco adquiriu quotas subordinadas e retém substancialmente os riscos residuais relativos à sua atividade.

Driver Brasil Five Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos (FIDC), uma SPE da qual o Banco adquiriu quotas subordinadas e retém substancialmente os riscos residuais relativos à sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2021	Total do ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Total do passivo e patrimônio líquido	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício
Banco Volkswagen S.A	27.787.558	25.134.149	2.653.409	27.787.558	220.836
Consórcio Nacional Volkswagen Administradora	825.419	337.029	488.390	825.419	41.863
Volkswagen Serviços Ltda.	136.478	91.086	45.392	136.478	7.805
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.	94.550	22.918	71.632	94.550	35.128
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.	44.932	2.131	42.801	44.932	(4.139)
FIDC	144.728	144.728	-	144.728	-
Eliminações	(980.769)	(609.638)	(371.131)	(980.769)	(2.090)
Consolidado	28.052.896	25.122.403	2.930.493	28.052.896	299.403

Banco Volkswagen S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2020	Total do ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Total do passivo e patrimônio líquido	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício
Banco Volkswagen S.A	22.902.767	20.151.445	2.751.322	22.902.767	280.871
Consórcio Nacional Volkswagen Administradora	1.172.367	324.812	847.555	1.172.367	36.539
Volkswagen Serviços Ltda.	90.035	42.387	47.648	90.035	3.517
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.	84.527	24.067	60.460	84.527	39.160
Simple Way Locações e Serviços Ltda.	27.471	7.458	20.013	27.471	(2.515)
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.	57.286	10.346	46.940	57.286	(273)
FIDC	40.755	40.755	-	40.755	-
Eliminações	(832.513)	(120.379)	(712.134)	(832.513)	-
Consolidado	23.542.695	20.480.891	3.061.804	23.542.695	357.299

Em 18 de outubro de 2021 foi efetivada a reorganização societária da empresa Simple Way Locações e Serviços SA, na qual foi mudado o objeto social da mesma, tornando-se em uma empresa de participação em outras sociedades da Divisão Financeira da Volkswagen no Brasil. Como resultado desta reestruturação societária o Banco deixou de ter o poder de determinar as políticas financeiras e de negócios, e não exerce mais influência significativa, bem como não possui participação direta na mesma. Por conta das razões expostas a empresa Simple Way Locações e Serviços SA, deixa de fazer parte do escopo de consolidação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Dentre estes investimentos estão os ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda, registrados como empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (Nota 6). A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo passou a classificar seus ativos financeiros de acordo com a IFRS 9, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (b) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (c) custo amortizado. A classificação de ativos financeiros depende do modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados nesta categoria caso o ativo financeiro tenha o objetivo, tanto de ser atingido pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela sua venda.

(c) Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações baseadas no método de juros efetivos, menos a amortização de principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Os ativos financeiros classificados como custo amortizado compreendem operações de crédito e arrendamento mercantil, caixa e equivalentes de caixa e demais contas a receber registradas em outros ativos.

2.5.2 Reconhecimento, mensuração e desreconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos sobre o recebimento dos fluxos de caixa se expiram, ou quando o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subseqüentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado são incluídos no resultado do período quando ocorrem. Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos, líquidos de efeitos tributários, diretamente em conta específica do patrimônio líquido até o ativo financeiro ser desreconhecido ou até sofrer perda por redução ao valor recuperável. Nesse caso, o ganho ou perda acumulado na conta específica do patrimônio líquido é transferido para o resultado do período como ajuste de reclassificação. Os juros desses ativos financeiros, calculados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, são diferidos durante a vida das operações e reconhecidos no resultado do exercício.

O valor justo dos ativos financeiros cotados em mercado ativo é baseado nos preços atuais de oferta de compra. Se o mercado para um ativo financeiro não for ativo, o Grupo estabelece o valor justo por meio da utilização de técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, sem favorecimento, fluxo de caixa descontado e outras técnicas de avaliação geralmente utilizadas pelos participantes de mercado.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial somente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de realizá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência do Banco ou da contraparte.

Entretanto para os exercícios de 2021 e 2020 não houve quaisquer compensações de instrumentos financeiros.

2.5.4 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros

(a) Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo reconhece as perdas de crédito esperadas com base em informação prospectiva imparcial para todos ativos ao custo amortizado, recebíveis de arrendamento, ativos financeiros de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e compromissos de contratos de garantia financeira. Este modelo de mensuração é, portanto, baseado no conceito de “perda de crédito esperada”

A perda de crédito esperada é calculada multiplicando a exposição na inadimplência (EAD), probabilidade de inadimplência (PD), a perda dada a inadimplência (LGD).

Este novo modelo inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 – Perda de crédito esperada para 12 meses
- Estágio 2 – Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro
- Estágio 3 – Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação

A exposição na inadimplência representa o saldo esperado na inadimplência, levando em conta o reembolso do capital e juros desde a data do balanço até o evento de inadimplemento.

A perda dada a inadimplência representa as perdas esperadas na exposição em default dado o evento de inadimplência, levando em conta, entre outros atributos, o efeito de mitigação do valor da garantia no momento em que se espera que ela seja realizada e o valor do dinheiro no tempo.

O crédito com problemas de recuperação é quando a exposição está inadimplente, o que também é esperado para se alinhar quando uma exposição é identificada como prejudicada individualmente. Empréstimos não cobráveis são baixados contra a provisão relacionada à imparidade do empréstimo após a conclusão dos processos internos do Banco e quando todos os valores recuperáveis razoavelmente esperados foram coletados. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados, são creditados na demonstração do resultado. O momento e a extensão dos write-offs podem envolver algum elemento de julgamento subjetivo.

Empréstimos renegociados

Modificações e renegociações de empréstimos, que não são prejudicadas por crédito quando a modificação de um contrato de empréstimo ocorre como resultado de uma atividade de reestruturação comercial e não devido ao risco de crédito do tomador de empréstimo. Uma avaliação deve ser realizada para determinar se os termos do novo contrato são substancialmente diferentes dos termos do acordo existente. Esta avaliação considera tanto a mudança nos fluxos de caixa decorrente dos termos modificados como a mudança na perfil de risco do instrumento.

Quando os termos forem substancialmente diferentes, o empréstimo existente será desreconhecido e um novo empréstimo será reconhecido pelo valor justo.

Quando os termos não forem substancialmente diferentes, o valor contábil do empréstimo será ajustado para refletir o valor presente dos fluxos de caixa modificados, descontado na taxa efetiva de juros original, com qualquer ganho ou perda resultante, reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado como ganho de modificação ou perda.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que são celebrados e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. No início da operação, os derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção ("*hedge*") ou não. O Grupo adota a contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"), na qual os derivativos são utilizados por serem efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida.

O Grupo documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. O Grupo também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos itens protegidos por *hedge*.

Nas operações atuais é utilizado o *hedge* de valor justo, nos quais os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 7.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método da taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros são reconhecidas imediatamente no resultado.

2.7 Outros ativos

Outros ativos são demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço, e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores justos.

2.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam para o Grupo os benefícios econômicos futuros associados ao item e que seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens a seguir:

- Móveis, utensílios e equipamentos: 10 anos;
- Veículos: 5 anos;
- Outros: 5 anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando necessário, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos recursos recebidos com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

2.9 Intangíveis

Softwares

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos para aquisição de software são reconhecidos como intangíveis quando o mesmo possa ser vendido ou utilizado. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os valores reconhecidos como ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada de 5 anos.

2.10 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

2.11 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados da seguinte forma:

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais**

I – Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização.

II – Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.

III – Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido no resultado.

2.12 Passivos financeiros

Os passivos financeiros, constituídos pelos depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, recursos de letras financeiras, instrumentos financeiros derivativos, outros passivos financeiros e dívidas subordinadas, são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, adicionados os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto os instrumentos financeiros derivativos e passivos financeiros objetos de *hedge*.

Passivos financeiros são desreconhecidos quando eles forem extintos, ou seja, quando forem pagos, cancelados ou expirados.

Os passivos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 15%, para instituições financeiras e equiparadas e 9% para subsidiárias não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

As despesas de IRPJ e CSLL são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto quando resulta de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

As despesas com IRPJ e CSLL corrente são calculadas como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e adições temporárias, são registrados na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos” no ativo, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas principalmente sobre superveniência de depreciação é registrada na rubrica “imposto de renda e contribuição social diferidos” no passivo.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais**

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela administração.

Em 13 de novembro de 2019, foi publicada a Emenda Constitucional nº 103, que determina a majoração da CSLL a partir de 1º de março de 2020 aplicável aos bancos de qualquer natureza que passa a ser 20%. No entanto conforme Circular nº 3.171/2002 do Banco Central do Brasil, em seu artigo 1º, parágrafo 2º, há menção que no caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotadas em períodos futuros, os efeitos devem ser reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. Por este motivo o crédito tributário (CSLL) foi majorado em 5% com base no estudo do crédito tributário de 31 de dezembro de 2019, limitando ao período da majoração da CSLL.

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, em seu artigo 3º, elevou para 25% a alíquota da CSLL, a partir de 1º de julho de 2021 vigente até 31 de dezembro de 2021, voltando a 20% a partir de janeiro de 2022.

2.14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas:

Subvenção de incentivos fiscais – refere-se à parcela do lucro líquido decorrente de subvenções para investimentos previstas em lei.

Reserva legal – objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos.

Reserva especial de lucros – refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

(c) Lucro por ação

O Banco apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício (Nota 22).

2.15 Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidos dentro de "receitas de juros e rendimentos similares" e "despesas de juros e encargos similares" na demonstração do resultado usando o método da taxa efetiva de juros, exceto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os recebimentos ou pagamentos futuros, sendo estimada na aquisição do instrumento financeiro considerando a expectativa de sua vigência, e que resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Banco estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, opções de pagamentos antecipados), mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e outros prêmios ou descontos.

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência de perda por redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida usando a taxa efetiva de juros, utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da provisão para redução ao valor recuperável.

2.16 Receita de comissões na venda de seguros e prestação de serviços

As receitas de comissões e corretagem de seguros massificados são apropriadas ao resultado no momento de seu efetivo recebimento, sendo que as demais receitas de comissões e prestação de serviços são reconhecidas conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados.

2.17 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social do Banco e suas controladas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Redução ao valor recuperável de operações de crédito e arrendamento mercantil

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas de acordo com as práticas estabelecidas pelo IFRS 9, conforme explicado nas nota 2.5.4.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Grupo irá gerar lucro tributável futuro para sua utilização. A realização esperada do crédito tributário pelo Grupo é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 17.

(c) Ativos e passivos contingentes

O Grupo revisa periodicamente suas contingências, que são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que os recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 20.

4 Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Com o intuito de obter sinergia ao longo do processo de gerenciamento dos riscos financeiros, o Grupo possui comitês gerenciais que atuam nestes riscos. A estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo permite que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, envolvendo os comitês funcionais e a alta administração.

4.1 Risco de crédito

O Grupo está exposto ao risco de crédito, que é o risco pelo qual uma contraparte causa perda financeira ao falhar na liquidação de uma obrigação. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico de atividade econômica que represente uma concentração na carteira mantida pelo Grupo podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do balanço patrimonial. Portanto, a administração controla a exposição ao risco de crédito.

Exposições a este tipo de risco decorrem principalmente de operações de crédito diretas, indiretas (repasses por meio de agentes financeiros), e de outros instrumentos financeiros. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no balanço patrimonial, como compromissos de empréstimo. O controle e a gestão dos riscos de crédito são realizados pela área de Riscos.

As operações do Grupo são realizadas basicamente no mercado brasileiro, em reais.

Para os ativos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição máxima ao risco de crédito é igual ao seu valor contábil. Para as garantias financeiras concedidas, a exposição máxima ao risco de crédito é o montante máximo que o Banco teria que pagar caso as garantias fossem exigidas. Para as linhas de crédito, a exposição máxima ao risco de crédito é o montante total das linhas comprometidas.

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima para risco de crédito, sem considerar as garantias recebidas apresentada pelo valor líquido de provisão para redução ao valor recuperável quando adequado.

Exposição máxima ao risco de crédito	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	1.527.064	1.722.712
Títulos e valores mobiliários	133.428	137.326
Instrumentos financeiros derivativos	172.489	1.151
Operações de crédito e arrendamento mercantil	22.778.392	18.350.885
Outros ativos	376.487	301.981
	<u>24.987.860</u>	<u>20.514.055</u>
Outras garantias prestadas	8.979	8.601
Linhas de crédito	1.768.265	2.350.464
Total da exposição máxima ao risco de crédito	<u>26.765.104</u>	<u>22.873.120</u>

4.1.1 Mensuração do risco de crédito

(a) Operações de crédito e arrendamento mercantil

Ao mensurar o risco de crédito em operações de crédito e arrendamento mercantil, o Banco considera quatro componentes com relação à contraparte:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

- (i) A probabilidade de inadimplência por parte do cliente ou contraparte com respeito às suas obrigações contratuais - para fins de avaliação de probabilidade de inadimplência, o Banco segmenta as operações de sua carteira de crédito entre *Retail* e *Corporate*. No segmento *Retail*, a probabilidade de inadimplência é avaliada segundo critérios estatísticos baseados no histórico de taxas de inadimplência. Para o segmento *Corporate*, o Banco avalia a probabilidade de inadimplência por meio de ferramentas que foram desenvolvidas internamente que combinam análise estatística com a análise de demonstrativos financeiros feita pela equipe de crédito. A escala de classificação mostrada abaixo foi elaborada baseada nas várias probabilidades de inadimplência. Isto significa que, em princípio, as exposições migram entre as categorias e a avaliação da probabilidade de inadimplência também muda. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, o Banco valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

(ii) **Classificações internas**

Classificação	Descrição do grau de risco
1	Capacidade de pagamento muito boa
2	Capacidade de pagamento muito boa a boa
3	Capacidade de pagamento boa
4	Capacidade de pagamento boa a satisfatória
5	Capacidade de pagamento satisfatória
6	Capacidade de pagamento satisfatória a suficiente
7	Capacidade de pagamento suficiente a insatisfatória
8	Capacidade de pagamento insatisfatória
9	Capacidade de pagamento insatisfatória a insuficiente
10	Inadimplência I
11	Inadimplência II
12	Inadimplência III

- (iii) As exposições atuais com a contraparte baseadas nos saldos devidos ao Banco.
- (iv) O índice de perdas por inadimplência (obrigações não cumpridas), líquidas de recuperações - considera-se todo o valor inadimplente deduzido das garantias e acrescido das prováveis despesas decorrentes de todo o processo de cobrança até a execução dessas garantias.

(b) **Demais operações no mercado financeiro**

A política de risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa segue os parâmetros estabelecidos pela matriz Volkswagen Financial Services AG (“VWFS AG”), que estabelece que os recursos disponíveis em caixa somente podem ser investidos em operações compromissadas, títulos públicos e bancos de primeira linha previamente aprovados e com limites individuais também pré-definidos pela VWFS AG.

As captações possuem uma estratégia definida onde se busca a diversificação de suas fontes como forma de garantir a liquidez do Banco, além da redução dos custos atribuídos a estas fontes.

Os instrumentos derivativos são utilizados somente para fins de *hedge* de operações passivas, sejam elas pré-fixadas ou pós-fixadas.

Outros ativos referem-se principalmente ao caixa restrito (Nota 11).

4.1.2 Controle do limite de risco e políticas de mitigação

O Banco administra, limita e controla concentrações de risco de crédito particularmente, em relação a contrapartes e grupos individuais. A administração estrutura os níveis de risco que assume a grupos de devedores, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário, e são aprovados pelas alçadas competentes.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração dos limites quando apropriado.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais**

Uma das formas de mitigação de risco de crédito é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos. O Banco implementa orientações sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de garantias para operações de crédito são:

- Alienações fiduciárias;
- Hipotecas;
- Cartas de fiança;
- Certificado de Depósitos Bancários (“CDB”);
- Penhor mercantil.

A ferramenta interna de classificação auxilia o Banco a determinar a evidência objetiva de provisão para redução ao valor recuperável, com base nos critérios descritos na Nota 2.5.4 (a).

(a) Baixa de operações de crédito

O período de baixa das perdas efetivas é de até 30 meses após o atraso de 90 dias, afetando diretamente o montante de despesas de provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros no exercício.

(b) Bens retomados

Os ativos são classificados e reconhecidos como bens apreendidos quando da efetiva posse. Os ativos recebidos quando da execução das operações de crédito e arrendamento mercantil são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil das operações de crédito e arrendamento mercantil.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são incluídas no registro da provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito e arrendamento mercantil, em contrapartida a despesa no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são reconhecidos como despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado.

Os saldos de bens retomados vinculados a operações de crédito e arrendamento mercantil estão apresentados abaixo:

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Veículos		
Valor Inicial do Bem	113.056	79.480
Provisão para redução ao valor recuperável	(83.410)	(64.941)
Valor Líquido	29.646	14.539

4.2 Risco de Taxa de Juros

Risco de taxa de juros define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos da taxa de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para que os instrumentos classificados na carteira bancária. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela alta administração.

4.2.1 Técnicas de mensuração do risco de taxa de juros

(a) Abordagem de Valor Econômico (*Economic Value of Equity* – (“EVE”))

Esta metodologia consiste em avaliar o impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa de instrumentos classificados na carteira bancária da Instituição.

(b) Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (*Net Interest Income* – (“NII”))

Esta metodologia consiste em avaliar o impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da Grupo.

(c) Testes de estresse

O objetivo dos testes de estresse é quantificar as perdas, de uma determinada carteira, caso situações adversas de mercado ocorram. Os testes são realizados visando estabelecer ou rever procedimentos e limites para a adequação de capital, de acordo com os resultados obtidos.

Em conformidade com a Resolução CMN 4.557, anualmente é realizado o teste de estresse integrado, através da metodologia de análise de cenários, onde são utilizados cenários de mercado (deterioração de variáveis macroeconômicas) e idiossincráticos (eventos internos ou externos).

Os resultados dos testes de estresse são apresentados e aprovados pela Diretoria.

Além disso, mensalmente são realizados os testes de estresse de acordo com a Circular BACEN 3.365/07.

(d) Análise de descasamento de ativos e passivos

Esta análise possui o macro-objetivo de avaliar preliminarmente os descasamentos entre os ativos e passivos, através do agrupamento de saldos marcados a mercado, por moeda e por carteira, com seu respectivo prazo de duração.

4.2.2 Mensuração do risco de taxa de juros (EVE e NII)

(a) Abordagem de Valor Econômico (EVE)

Em 31 de dezembro de 2021, foi utilizado para o cálculo dos cenários de alta e de baixa a metodologia determinada pelo Banco Central do Brasil, sendo que para o cenário de alta é aplicado um choque na curva de juros de 4 pontos percentuais e para o cenário de baixa é aplicado um choque de -4 pontos percentuais. Para o valor de delta da abordagem do valor econômico considerado é sempre o resultado do cenário de maior valor e o cenário médio é uma média entre os cenários de alta e de baixa:

	12 meses findos em			12 meses findos em		
	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo
Risco de taxa de juros	(27.491)	429.049	(484.031)	(19.928)	458.151	(498.009)
EVE total	(27.491)	429.049	(484.031)	(19.928)	458.151	(498.009)

(b) Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NII)

A partir da data base janeiro de 2017, a Instituição passou também a utilizar a abordagem de variação na margem de juros (NII):

Em 31 de dezembro de 2021, foi utilizado para o cálculo dos cenários de alta e de baixa a metodologia determinada pelo Banco Central do Brasil, sendo que para o cenário de alta é aplicado um choque na curva de juros de pontos percentuais e para o cenário de baixa é aplicado um choque de -4 pontos percentuais. Para o valor de delta da abordagem de resultado de intermediação financeira considerado é sempre o resultante do cenário de maior valor e o cenário médio é uma média entre os cenários de alta e de baixa:

	12 meses findos em			12 meses findos em		
	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo
Risco de taxa de juros	(4.316)	202.631	(211.262)	(1.957)	237.515	(241.428)
NII total	(4.316)	202.631	(211.262)	(1.957)	237.515	(241.428)

4.2.3 Exposição financeira

	Em 31 de dezembro de 2021		Em 31 de dezembro de 2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fatores de risco				
Pré-fixado	20.935.605	1.992.273	18.268.995	2.013.548
Pós-fixado	3.036.520	19.572.512	2.472.883	14.467.075
TJLP	983.311	1.044.997	1.219.281	1.349.648
	24.955.436	22.609.782	21.961.159	17.830.271

4.3 Risco de liquidez

Esse risco consiste na possibilidade do Banco não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

4.3.1 Processo de gestão do risco de liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado diariamente pela área de Gerenciamento de Riscos. Para o monitoramento e controle da exposição ao risco de liquidez, o Grupo adota as ferramentas descritas abaixo, as quais são disponibilizadas à Tesouraria para tomada de decisão.

(a) Análise do fluxo de caixa

Esta análise consiste em verificar o fluxo de caixa, através de previsão de entradas e saídas de recursos por um determinado período, tendo como objetivo assegurar a solidez financeira do Grupo no curto, médio e longo prazos.

(b) Caixa mínimo

Limite estabelecido na política de risco de liquidez, formado pelos recursos em caixa que podem ser usados para pagamento das obrigações do Banco, em momentos de volatilidade do mercado e, caso esses limites sejam extrapolados, é realizado o reporte ao Comitê de Riscos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais**

(c) Teste de estresse

Nesta técnica é avaliada a resposta de uma carteira de ativos ou obrigações em relação a variações extremas de liquidez que influenciam essa carteira. O propósito do teste de estresse é quantificar a perda de uma carteira caso uma situação adversa específica de mercado ocorra.

(d) Plano de contingência de liquidez

Trata-se de um procedimento de gestão a ser adotado quando a projeção de liquidez em curto prazo indica a definição de níveis inferiores ao mínimo ou em caso de falta de recursos e agravamento de crise no mercado financeiro.

4.3.2 Abordagem de captação de recursos

A Tesouraria tem como principal objetivo prover liquidez para assegurar que suas obrigações financeiras sejam cumpridas, garantindo a sustentabilidade do negócio através da diversificação de suas fontes de captação e otimização de seus custos.

4.3.3 Fluxos de caixa para instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa não descontados, a receber e pagar, de ativos e passivos financeiros, de acordo com seus prazos de vencimento contratuais remanescentes na data do balanço patrimonial.

	Em 31 de dezembro de 2021				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1.527.064	-	-	-	1.527.064
Instrumentos financeiros derivativos	172.489	-	-	-	172.489
Ativos financeiros	133.428	-	-	-	133.428
Operações de crédito e arrendamento mercantil	7.826.642	13.805.676	7.927.370	50.629	29.610.317
Outros ativos	376.487	-	-	-	376.487
Ativo	10.036.110	13.805.676	7.927.370	50.629	31.819.785

	Em 31 de dezembro de 2021				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos	4.383.995	4.909.644	4.830.454	-	14.124.093
Obrigações por empréstimos e repasses	474.019	810.005	1.169.171	1.987	2.455.182
Recursos de letras financeiras	1.898.067	337.138	4.773.904	-	7.009.109
Instrumentos financeiros derivativos	4.024	152.370	-	-	156.394
Outros passivos	726.612	-	-	-	726.612
Dívidas subordinadas	47.262	124.853	937.411	1.417.869	2.527.395
Passivo	7.533.979	6.334.010	11.710.940	1.419.856	26.998.785

	Em 31 de dezembro de 2020				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1.722.712	-	-	-	1.722.712
Instrumentos financeiros derivativos	1.151	-	-	-	1.151
Ativos financeiros	137.326	-	-	-	137.326
Operações de crédito e arrendamento	2.928.628	7.997.151	11.417.808	5.505	22.349.092
Outros ativos	301.981	-	-	-	301.981
Ativo	5.091.798	7.997.151	11.417.808	5.505	24.512.262

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais**

	Em 31 de dezembro de 2020				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos	2.247.447	3.133.918	3.847.971	-	9.229.336
Obrigações por empréstimos e repasses	300.342	760.681	993.985	2.860	2.057.868
Recursos de letras financeiras	1.609.358	285.857	4.047.761	-	5.942.976
Instrumentos financeiros derivativos	1.293	52.644	-	-	53.937
Outros passivos	669.986	-	-	-	669.986
Dívidas subordinadas	53.575	141.531	1.062.633	1.607.270	2.865.009
Passivo	4.882.001	4.374.631	9.952.350	1.610.130	20.819.112

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos e operações de crédito e arrendamento mercantil. A administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

4.4 Valor justo de ativos e passivos financeiros

(a) Comparativo do valor contábil e valor justo

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	Em 31 de dezembro de 2021		Em 31 de dezembro de 2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.527.064	1.527.064	1.722.712	1.722.712
Instrumentos financeiros derivativos	172.489	172.489	1.151	1.151
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	133.428	133.428	137.326	137.326
Operações de crédito e arrendamento mercantil	22.778.392	21.052.078	18.350.885	18.104.915
Outros ativos	376.487	376.487	301.981	301.981
Total de ativos financeiros	24.987.860	23.261.546	20.514.055	20.268.085
Depósitos	12.517.155	12.517.155	8.412.372	8.412.372
Obrigações por empréstimos e repasses (iii)	2.141.879	2.141.879	1.635.948	1.635.948
Recursos de letras financeiras (i)	5.958.934	5.958.934	5.788.707	5.788.707
Instrumentos financeiros derivativos	24.365	24.365	23.219	23.219
Dívidas subordinadas (ii)	1.988.010	1.901.481	1.992.001	1.990.456
Outros passivos	726.612	726.612	669.986	669.986
Total de passivos financeiros	23.356.955	23.270.426	18.522.233	18.520.688

- (i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo. Para operações a taxa pré-fixada, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros praticada pelo Banco em operações similares.
- (ii) O valor contábil das dívidas subordinadas é baseado em taxas contratuais, as quais foram definidas por estudos macroeconômicos para a determinação de taxas fixas de juros para operações de longo prazo. O valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual para operações similares.
- (iii) As obrigações por empréstimos e repasses referem-se a:
- Financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), na modalidade FINAME, indexadas à TJLP, bem como captação de empréstimos no mercado, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.
 - Operações de transferência de ativos financeiros sem desreconhecimento, pós-fixadas, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

Banco Volkswagen S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**
Em milhares de reais**(b) Hierarquia do valor justo**

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: dados não observáveis para ativos ou passivos.

A tabela a seguir apresenta a composição da hierarquia dos instrumentos financeiros do Grupo, mensurados ao valor justo:

	Em 31 de dezembro de 2021			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (i)	133.428	-	-	133.428
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	-	172.489	-	172.489
Total de ativos financeiros mensurados ao valor justo	133.428	172.489	-	305.917
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ii)	-	7.209.825	-	7.209.825
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	-	24.365	-	24.365
Total de passivos financeiros mensurados ao valor justo	-	7.234.190	-	7.234.190

	Em 31 de dezembro de 2020			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (i)	137.326	-	-	137.326
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	-	1.151	-	1.151
Total de ativos financeiros mensurados ao valor justo	137.326	1.151	-	138.477
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ii)	-	4.074.546	-	4.074.546
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	-	23.219	-	23.219
Total de passivos financeiros mensurados ao valor justo	-	4.097.765	-	4.097.765

(i) São classificados como nível 1 os valores prontamente transformados em caixa.

(ii) Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o Grupo estima o valor justo por meio de modelos de fluxo de caixa descontados, geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no nível 2 são *swaps* de moedas e taxas de juros. Os modelos adotados são amplamente aceitos no mercado e refletem os termos contratuais dos derivativos. Todas as informações para o modelo são prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados. Para a precificação a valor justo dos seus instrumentos financeiros derivativos e passivos mensurados ao valor justo, bem como o item objeto de *hedge*, o Grupo utiliza-se do nível 2 na hierarquia acima, isto é, por meio de preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes, divulgados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Devido ao fato dos derivativos serem classificados como instrumentos de *hedge* para os empréstimos obtidos no exterior, tal métrica foi utilizada também para a precificação do objeto do *hedge*.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

(c) Movimentação dos instrumentos financeiros

Não houve transferência entre níveis 1 e 2 durante o exercício.

4.5 Gestão de capital

A gestão de capital é baseada em informações do Conglomerado Prudencial, que, conforme definido pela Resolução do CMN nº 4.950/21, inclui Banco Volkswagen S.A., a instituição líder, Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda, e fundos de investimentos em direitos creditórios – nos quais o Banco assuma substancialmente os riscos e benefícios.

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela administração por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente. O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial está dividido em dois níveis:

(a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como “Patrimônio Líquido” no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013, créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias após regras descritas no art. 4º da Resolução do CMN nº 4.955/21.

(b) Nível II: composto por dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.955/21 e também aquelas aprovadas pelo BACEN de acordo com a norma anterior.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

O risco operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa.

Evolução do Patrimônio de Referência mínimo requerido para o Conglomerado Prudencial:

	2021	2020
Total do patrimônio de referência - PR ⁽¹⁾	3.189.694	3.448.537
Nível I	2.647.426	2.730.661
Capital principal	2.647.426	2.730.661
Patrimônio líquido	2.824.219	2.878.337
Ajustes prudenciais	(176.793)	(147.676)
Nível II	542.268	717.876
Instrumentos de dívida subordinada	542.268	717.876
Ativos ponderados pelo risco - RWA	23.635.986	19.488.139
Risco de crédito por abordagem padronizada - RWAcpad ⁽²⁾	22.333.875	18.291.891
Risco operacional por abordagem padronizada alternativa - RWAopad ⁽³⁾	1.302.111	1.196.248
Índice de Basileia - Total	13,50%	17,70%
Capital nível I	11,20%	14,01%
Capital principal	11,20%	14,01%
Capital nível II	2,30%	3,68%

Banco Volkswagen S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em milhares de reais

(1) Conforme Resolução do CMN nº 4.192/13;

(2) Conforme Circular BACEN nº 3.644/13;

(3) Conforme Circular BACEN nº 3.640/13.

O índice de Basileia no Brasil é definido pela relação mínima de 10,0% (2020 – 9,25%) entre o total do PR e os ativos ponderados pelo risco (RWA), de 6,5% (2020 – 5,75%) entre o capital principal e o RWA, e de 8,0% (2020 – 7,25%) entre o nível I do PR e o RWA.

O índice de Basileia foi de 13,50% e os índices de Capital Principal e Nível I foram de 11,20% em 31 de dezembro de 2021.

Em atendimento a Resolução do CMN 4.557/17, o Banco possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de *Back Office*, respectivamente.

Gerenciamento de Capital – o Grupo possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pelo Grupo, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Grupo está sujeito e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Grupo. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo do Grupo.

5 Instrumentos financeiros por categoria (a) Ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial

	Caixa e equivalentes de caixa	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao valor justo	Total
31 de dezembro de 2021				
Caixa e equivalentes de caixa	1.527.064	-	-	1.527.064
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	172.489	172.489
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	133.428	133.428
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	22.778.392	-	22.778.392
Outros ativos	-	376.487	-	376.487
	1.527.064	23.154.879	305.917	24.987.860

	Caixa e equivalentes de caixa	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao valor justo	Total
Em 31 de dezembro de 2020				
Caixa e equivalentes de caixa	1.722.712	-	-	1.722.712
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.151	1.151
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	137.326	137.326
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	18.350.885	-	18.350.885
Outros ativos	-	301.981	-	301.981
	1.722.712	18.652.866	138.477	20.514.055

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

(b) Passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021	<u>Mensurados ao valor justo</u>	<u>Mensurados ao custo amortizado</u>	<u>Total</u>
Depósitos (i)	2.861.431	9.655.724	12.517.155
Obrigações por empréstimos e repasses	-	2.141.877	2.141.877
Recursos de letras financeiras (i)	4.348.395	1.610.539	5.958.934
Instrumentos financeiros derivativos	24.365	-	24.365
Dívidas subordinadas	-	1.988.010	1.988.010
Outros passivos	-	726.612	726.612
	<u>7.234.191</u>	<u>16.122.762</u>	<u>23.356.953</u>

Em 31 de dezembro de 2020	<u>Mensurados ao valor justo</u>	<u>Mensurados ao custo amortizado</u>	<u>Total</u>
Depósitos (i)	2.135.952	6.276.420	8.412.372
Obrigações por empréstimos e repasses	-	1.635.948	1.635.948
Recursos de letras financeiras (i)	1.938.594	3.850.113	5.788.707
Instrumentos financeiros derivativos	23.219	-	23.219
Dívidas subordinadas	-	1.992.001	1.992.001
Outros passivos	-	669.986	669.986
	<u>4.097.765</u>	<u>14.424.468</u>	<u>18.522.233</u>

(i) Mensurado ao valor justo por se tratar de item objeto de hedge.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Em 31 de dezembro</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Disponibilidades	52.928	17.502
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito:		
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas (i)	1.474.136	1.705.210
	<u>1.527.064</u>	<u>1.722.712</u>

(i) As operações compromissadas que compõem as aplicações no mercado aberto possuem vencimento em até 30 dias, são garantidas por títulos públicos do governo brasileiro e efetuadas com instituições de primeira linha.

7 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo usa os seguintes instrumentos derivativos:

Swaps de moeda e taxa de juros que são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por outro e que resultam em uma troca econômica de moedas ou taxas de juros (por exemplo, fixa ou variável) ou em uma combinação das mesmas. Não ocorre a troca do principal, exceto em certos *swaps* de moeda. O risco de crédito do Grupo representa o custo potencial para repor os contratos de *swap* se as contrapartes não cumprirem suas obrigações. Este risco é continuamente monitorado com relação ao valor justo atual, à proporção do valor nominal dos contratos e à liquidez do mercado. Para controlar o nível do risco de crédito assumido, o Grupo avalia as contrapartes dos contratos conforme descrito na Nota 4.1.1 (a).

Banco Volkswagen S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais**

Os valores nominais de certos tipos de instrumentos financeiros fornecem uma base de comparação com instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial, embora não necessariamente indiquem os valores de fluxos de caixa futuros envolvidos ou o valor justo atual dos instrumentos e, portanto, não indicam a exposição aos riscos de crédito ou preço. Os instrumentos derivativos tornam-se favoráveis (ativos) ou desfavoráveis (passivos) em decorrência de flutuações nas taxas de juros do mercado ou nas taxas de câmbio relativas aos termos de seus contratos.

Assim, os derivativos são utilizados para adequar a composição e volatilidade das posições cambiais e de taxas de juros do passivo financeiro do Grupo no exterior.

Em virtude do perfil das operações passivas do Grupo, as operações de *hedge accounting* têm sido realizadas no mercado de balcão e registradas na B3.

Tipo	Valor		Receita		2021
	Nocional	Ativo	(Passivo)	(Despesa)	Patrimônio líquido
Swap - Pré x DI	1.080.583	2.395	-	2.822	-
Swap - DI x Pré	1.080.583	-	(3.474)	(7.098)	-
Swap de variação de taxa de hedge de hedge fluxo de caixa	6.907.991	170.094	(20.891)	(14.834)	24.028
Total		172.489	(24.365)	(19.110)	24.028

Tipo	Valor		Receita		2020
	Nocional	Ativo	(Passivo)	(Despesa)	Patrimônio líquido
Swap - Pré x DI	265.971	787	-	14.906	-
Swap - DI x Pré	265.971	-	(879)	(15.148)	-
Swap de variação de taxa de hedge de hedge fluxo de caixa	4.023.951	-	(21.976)	(34.761)	(10.288)
Total		787	(22.855)	(35.003)	(10.288)

Hedge de Fluxo de Caixa

A estratégia de *hedge* do Grupo visa proteger os fluxos das operações de captação em depósitos a prazo pós fixado, referentes aos seus riscos de taxa de juros variável, tais operações, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor dos fluxos de caixas. As operações de *hedge* são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa.

Para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (DI). Em 31 de dezembro de 2021 o valor nominal é de R\$ 6.907.991 (2020 – R\$ 4.023.951). Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado líquido dos efeitos tributários, registrados no patrimônio líquido de R\$ 24.028 (2020 – R\$ 10.288).

Banco Volkswagen S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**
Em milhares de reais

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Hedge de fluxo de caixa		
Receitas/despesas do objeto de <i>hedge</i> referente a parcela de risco protegido	(292.863)	(6.448)
Receitas/despesas do instrumento de <i>hedge</i> referente a parcela do risco protegido	291.998	6.448
Parcela inefetiva do hedge de fluxo de caixa	(865)	-
Receitas (despesas) do instrumento de <i>hedge</i> referente ao risco assumido (pós-fixada)	(139.356)	(41.315)
Resultado com hedge de fluxo de caixa	(140.221)	(41.315)

8 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São representados por aplicações em cotas de fundo de investimento, no montante de R\$ 133.428 (2020 – R\$ 137.326), com liquidez imediata. A carteira do fundo é composta principalmente por investimentos em títulos públicos, mercados a mercado. O valor justo e o custo amortizado para estas operações, na data base, são semelhantes.

9 Operações de crédito e arrendamento mercantil

	2021			2020		
	Carteira Bruta	Provisão Perdas Esperadas	Carteira líquida	Carteira Bruta	Provisão Perdas Esperadas	Carteira líquida
CDC	21.375.624	(2.053.928)	19.321.696	17.114.771	(1.577.097)	15.537.674
Finame	1.126.471	(77.536)	1.048.935	1.360.767	(198.268)	1.162.499
Credito Rotativo	2.421.312	(38.689)	2.382.623	1.663.591	(67.536)	1.596.055
Capital de Giro	32.029	(6.891)	25.138	55.948	(1.291)	54.657
Leasing	24.955.436	(2.177.044)	22.778.392	20.195.077	(1.844.192)	18.350.885
	24.955.436	(2.177.044)	22.778.392	20.195.077	(1.844.192)	18.350.885

(a) Operações de crédito e arrendamento mercantil por ramo de atividade

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Pessoas físicas	8.882.469	8.693.893
Outros serviços	8.473.443	6.540.650
Comércio	5.360.289	3.380.304
Indústria	1.556.032	1.137.508
Rural	116.356	72.545
Habituação	365.942	226.373
Intermediário financeiro	200.905	143.804
	24.955.436	20.195.077

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

(b) Concentração das operações de crédito e arrendamento mercantil

	Em 31 de dezembro			
	2021	%	2020	%
Dez maiores devedores	1.375.045	6,0	1.581.905	7,8
Cinquenta seguintes maiores devedores	1.864.171	7,0	1.463.898	7,2
Cem seguintes maiores devedores	1.157.932	5,0	1.142.885	5,7
Demais devedores	20.558.288	82,0	16.006.389	79,3
	24.955.436	100,0	20.195.077	100,0

10 Reconciliação dos instrumentos financeiros por estágio

(a) Resumo Instrumentos Financeiros

	2021		
	Valor Bruto	Provisão para perdas esperadas	Valor líquido
Caixa e equivalentes de caixa	1.530.061	(2.997)	1.527.064
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (i)	133.428	-	133.428
Operações de Crédito e arrendamento mercantil	24.955.436	(2.177.044)	22.778.392
Outros Ativos	378.677	(2.190)	376.487
	26.997.602	(2.182.231)	24.815.371

(i) Principalmente representados por aplicações em cotas de fundo de investimento

	2020		
	Valor Bruto	Provisão para perdas esperadas	Valor líquido
Caixa e equivalentes de caixa	1.726.052	(3.340)	1.722.712
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (i)	137.326	-	137.326
Operações de Crédito e arrendamento mercantil	20.195.077	(1.844.192)	18.350.885
Outros Ativos	304.960	(2.979)	301.981
	22.363.415	(1.850.511)	20.512.904

(i) Principalmente representados por aplicações em cotas de fundo de investimento

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais**

(b) Movimentação de instrumentos financeiros por classe de estágio

	<u>Estágio 1</u>	<u>Estágio 2</u>	<u>Estágio 3</u>	<u>POCI</u>	<u>Abordagem Simplificada</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial 31/12/2020	17.872.631	3.038.503	971.369	61.534	419.378	22.363.415
Transferência para:						
Estágio 1		131.004	917			131.921
Estágio 2	(3.082.627)					(3.082.627)
Estágio 3	(81.338)	75.426	28.434			22.522
Transferência de:						
Estágio 2 e 3	(131.921)					(131.921)
Estágio 1 e 3		3.054.193				3.054.193
Estágio 1 e 2			5.912			5.912
Aquisição / Liquidação	2.833.462	1.081.227	1.263.503	92.265	(28.836)	5.241.621
Write-off			(605.810)	(1.624)		(607.434)
Saldo Final 31/12/2021	17.410.207	7.380.353	1.664.325	152.175	390.542	26.997.602

(c) Movimentação de provisão perdas esperadas dos instrumentos financeiros por classe de estágio

	<u>Estágio 1</u>	<u>Estágio 2</u>	<u>Estágio 3</u>	<u>POCI</u>	<u>Abordagem Simplificada</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(782.240)	(310.210)	(698.865)	(52.380)	(6.816)	(1.850.511)
Transferência para:						
Estágio 1		54.743	5.744			60.487
Estágio 2	21.975		18.974			40.949
Estágio 3	(165.379)	(134.677)				(300.056)
Transferência de:						
Estágio 2 e 3	2.171					2.171
Estágio 1 e 3		(229.076)				(229.076)
Estágio 1 e 2			16.723			16.723
Constituição / Rreversão	387.706	195.326	(1.089.296)	(23.335)	(753)	(530.352)
Write-off			605.810	1.624		607.434
Saldo Final 31/12/2021	(535.767)	(423.894)	(1.140.910)	(74.091)	(7.569)	(2.182.231)

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais**

11 Outros Ativos

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Devedores por depósitos em garantia (i)	977.115	913.282
Despesas antecipadas (ii)	158.419	182.598
Devedores diversos país	29.093	57.082
Outros valores a receber	238.690	211.230
Caixa Restrito – FIDC's (iii)	144.528	40.391
Outros	11.542	9.239
	1.559.387	1.413.822

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, referem-se, principalmente, a pagamentos para interposição de recursos fiscais principalmente no montante de R\$ 820.972 (2020 – R\$ 730.566).
- (ii) Referem-se a comissões de vendas de consórcio, sendo apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos grupos.
- (iii) Referem-se ao caixa e equivalente de caixa restrito do FIDC.

12 Imobilizado

	Veículos	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Outros	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	45.337	239	93	45.669
Alienações	(62.156)	(14)	(170)	(62.340)
Baixas de depreciação	24.999	10	89	25.098
Depreciação do período	(2.930)	(71)	(12)	(3.013)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	5.250	164	-	5.414
Custo	13.355	942	1.943	16.240
Depreciação acumulada	(8.105)	(778)	(1.943)	(10.826)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	5.250	164	-	5.414
Aquisições	-	1.103	-	1.103
Alienações	(5.555)	38	-	(5.517)
Transferências	-	7.744	-	7.744
Baixas de depreciação	2.545	-	-	2.545
Depreciação do período	(500)	(2.277)	-	(2.777)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	1.740	6.772	-	8.512
Custo	7.800	9.827	1.943	19.570
Depreciação acumulada	(6.060)	(3.055)	(1.943)	(11.058)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	1.740	6.772	-	8.512

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

13 Intangível

	Softwares	Custos de desenvolvimento de software gerados internamente	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	7.720	16.519	24.239
Aquisições	3.277	9.259	12.536
Baixas	(11.994)	(29)	(12.023)
Baixas de amortização	11.921	27	11.948
Amortização do período	(2.062)	(4.531)	(6.593)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	8.862	21.245	30.107
Custo	40.219	54.775	94.994
Amortização acumulada	(31.357)	(33.530)	(64.887)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	8.862	21.245	30.107
Aquisições	830	7.025	7.855
Transferências	(7.744)	-	(7.744)
Amortização do período	(558)	(1.158)	(1.716)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	1.390	27.112	28.502
Custo	33.305	61.800	95.105
Amortização acumulada	(31.915)	(34.688)	(66.603)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	1.390	27.112	28.502

14 Depósitos

A carteira de depósitos está custodiada na B3 a taxas pós-fixadas que variam de 98,0% a 116,0% do DI (2020 - 96,0% a 130,0,0% do DI) e é composta como segue:

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Depósitos interfinanceiros	5.098.831	1.509.174
Depósitos a prazo	7.418.324	6.903.198
	12.517.155	8.412.372

15 Obrigações por repasses**(a) Obrigações por repasses – FINAME**

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial ("FINAME"), basicamente indexados a TJLP e TJLP SELIC, com o respectivo fluxo de vencimento:

Banco Volkswagen S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em milhares de reais

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Até 90 dias	139.235	206.206
De 91 a 365 dias	341.681	502.076
De 1 a 3 anos	408.833	611.723
Acima de 3 anos	159.513	49.947
	1.049.262	1.369.952

(b) Transferência de ativos financeiros sem o desreconhecimento

O Grupo efetuou cessões de crédito, oriundas de suas operações de crédito. O ativo cedido foi registrado em rubrica específica de operações de crédito por se tratar de cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios. Em 31 de dezembro de 2021, a posição de obrigações por operações de transferência de ativos financeiros é de R\$ 1.092.617 (2020 – R\$ 265.996).

16 Recursos de letras financeiras

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na B3, com vencimento até dezembro de 2025, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 100,0% a 112,8% do DI, (2020, com vencimento até novembro de 2023, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de de 100,0% a 112,8% do DI).

Com a adesão ao SPB, no segundo semestre de 2020, a Instituição se tornou elegível à Linha Temporária Especial de Liquidez (LTEL) e efetuou captações via Letra Financeira Garantida (LFG) junto ao Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro 2021, do montante abaixo, R\$ 1.246.505 (2020 - R\$ 3.107.143), refere-se a essas operações, e são indexados em 100% de Selic + 0,74% a.a (2020 - 100% de Selic + 0,60% a.a.).

	2021	2020
Até 90 dias	180.860	695.369
De 91 a 365 dias	2.053.579	4.081.692
De 1 a 3 anos	3.186.100	1.011.646
Acima 3 anos	538.395	-
Total	5.958.934	5.788.707

17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos é a seguinte

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais**

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Ativo		
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros	858.003	855.093
Provisão para passivos contingentes e obrigações legais	164.656	175.455
Prejuízo fiscal / base negativa CSLL	102.797	115.152
Créditos baixados como prejuízo	508.641	546.028
Superveniência de depreciação	(200.895)	(202.241)
Comissões diferidas	35.741	43.729
Outros	19.420	(74.599)
Total de imposto de renda e contribuição social - diferidos	1.488.363	1.458.617
Passivo		
Atualização monetária de depósitos judiciais	64.804	82.125
Outros	61.188	10.884
Total de imposto de renda e contribuição social - diferidos	125.992	93.009

A movimentação e composição de imposto de renda e contribuição social diferidos nos períodos apresentados são as seguintes:

	Saldo inicial 31/12/2020	Constituição (reversão)	Realização	Saldo final 31/12/2021
Ativo				
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros	855.093	8.274	(5.365)	858.002
Provisão para passivos contingentes e obrigações tributárias	175.455	67.795	(78.594)	164.656
Prejuízo fiscal / base negativa CSLL	115.152		(12.355)	102.797
Créditos baixados como prejuízo	546.028	435.712	(473.099)	508.641
Superveniência de depreciação	(202.241)	2.303	(957)	(200.895)
Comissões diferidas	43.729	176.791	(184.778)	35.742
Outros	(74.599)	507.676	(413.657)	19.420
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	1.458.617	1.198.551	(1.168.805)	1.488.363
Passivo				
Atualização monetária de depósitos judiciais	82.125	351.279	(368.600)	64.804
Outros	10.884	235.082	(184.778)	61.188
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	93.009	586.361	(553.378)	125.992
Saldo inicial 31/12/2019				
Ativo				
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros	360.324	1.286.885	(792.116)	855.093
Provisão para passivos contingentes e obrigações tributárias	179.697	4.745	(8.987)	175.455
Prejuízo fiscal / base negativa CSLL	56.544	189.318	(130.710)	115.152
Créditos baixados como prejuízo	566.576	-	(20.547)	546.028
Superveniência de depreciação	(203.945)	9.385	(7.682)	(202.241)
Comissões diferidas	42.031	1.698	-	43.729
Outros	119.308	3.270.883	(3.464.790)	(74.599)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	1.120.535	4.762.914	(4.424.832)	1.458.617
Passivo				
Atualização monetária de depósitos judiciais	76.527	15.140	(9.542)	82.125
Outros	(585)	11.672	(203)	10.884
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	75.942	26.812	(9.745)	93.009

Banco Volkswagen S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 Em milhares de reais

Os créditos tributários foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para redução ao valor recuperável de operações de crédito e arrendamento mercantil, provisões para contingências e prejuízos fiscais, considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, com base em estudos técnicos que consideram as projeções da administração quanto à sua realização, conforme discriminamos abaixo:

Período de realização	2022	2023	2024	2025	A partir de 2026	Total
Imposto de renda e contribuição social	360.682	279.321	18.799	5.686	823.875	1.488.363

18 Outros passivos

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Contas a pagar	221.701	177.313
Saldo não reclamado de grupos de consórcio liquidados	140.187	139.759
Contratos de financiamento a pagar	104.224	123.022
Recebimentos em trânsito a processar	261.716	242.996
Salários, gratificações e encargos a pagar	11.711	9.533
	739.539	692.623

19 Dívidas subordinadas

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na B3. Em 31 de dezembro, são compostas como segue:

Prazo até o vencimento	Valor original da operação		Em 31 de dezembro	
	2021	2020	2021	2020
Até 1 ano	73.876	57.047	204.070	145.637
De 1 a 3 anos	237.135	217.148	637.186	537.698
De 3 a 5 anos	689.655	178.813	1.146.754	432.664
De 5 a 10 anos	-	421.636	-	876.002
	1.000.666	874.644	1.988.010	1.992.001

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 8,7% a 9,9% ao ano (2020 – 8,7% a 10,1% ao ano).

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.955/21 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica “instrumentos de dívidas elegíveis a capital”. Em 31 de dezembro, o montante referente a esses passivos é de R\$ 1.216.297 (2020 – R\$1.255.827). As demais operações continuam sendo registradas em “dívidas subordinadas”, inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

O valor utilizado como Nível II (Nota 4.5) do patrimônio de referência da Instituição, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R\$ 542.268 (2020 – R\$ 717.876).

20 Passivos contingentes e obrigações legais

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas pela opinião de seus consultores legais externos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais**

	Trabalhistas		Cíveis		Obrigações tributárias		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	127.531	119.086	295.907	261.350	828.218	731.176	1.251.656	1.111.612
Constituição / (reversão)	(21.268)	12.390	(10.175)	54.617	47.802	97.064	16.359	164.071
Baixa por pagamento	(8.474)	(3.945)	(61.954)	(20.060)	(2.854)	(22)	(73.282)	(24.027)
Atualização monetária	-	-	49.288	-	22.555	-	71.843	-
Saldo final	97.789	127.531	273.066	295.907	895.721	828.218	1.266.576	1.251.656

A natureza dos passivos contingentes e das obrigações legais pode ser sumariada como segue:

Reclamações trabalhistas – tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos, tais como de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financiarário, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados, responsabilidade subsidiária/solidária e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial.

As provisões consideram o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso, assim como os impactos da reforma trabalhista, em relação aos honorários e atualizações.

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas do Grupo.

Riscos fiscais – referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no Município de São Paulo, no total de R\$ 69.028 (2020 - R\$ 67.658) e a discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) de operações de arrendamento mercantil, no total de R\$ 37.962 (2020 – R\$ 37.962).

Obrigações legais – referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e, posteriormente, de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 638.082 (2020 - R\$ 585.753) e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R\$ 29.495 (2020 – R\$ 28.967).

(a) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis, não provisionados

O Grupo tem ações de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Legais		
IOF (i)	792.478	778.190
IRPJ/CSLL (ii)	495.297	459.780
ISS (iii)	373.472	385.945
Outros	128.130	115.016
	1.789.377	1.738.931
Cíveis		
Ação revisional	11.763	5.882
	11.763	5.882

Banco Volkswagen S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 **Em milhares de reais**

- (i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007, decorrente de reorganização societária do Grupo
- (ii) Refere-se principalmente, a discussão de IRPJ/CSLL e multa referente à amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.
- (iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.
De acordo com a característica desses casos não há previsão para desembolso de caixa.

21 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2020 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Em atendimento da Resolução do CMN nº 4.820/20, ficou estabelecido, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, sendo limitado valores acima ao montante equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2020, foi tomada a seguinte deliberação:

- (i) Distribuição de dividendos, relativo a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do ano corrente, a título de dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 101.668. O pagamento foi realizado no primeiro semestre de 2021.

Em virtude do limite estabelecido no art.199 da Lei nº 6.404, em Assembleia Geral Extraordinária de 22 de março de 2021, a administração do Banco propôs a distribuição de dividendos adicionais, mediante a utilização de Reservas Especiais de Lucros, no montante de R\$ 291.000. A distribuição foi ratificada na Assembleia Geral Ordinária e solicitada autorização ao pagamento ao Dereg - Departamento de Regulação Prudencial e Cambial. O pagamento foi realizado no primeiro semestre de 2021;

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 2021, foi deliberado a distribuição de dividendos, relativo a parte do lucro líquido do primeiro trimestre do exercício de 2021, a título de dividendos obrigatórios, superior ao mínimo requerido, no montante de R\$ 120.000. O pagamento foi realizado no primeiro semestre de 2021.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2021, foi deliberado a distribuição de dividendos, mediante utilização de Reserva Especial de Lucros no montante de R\$ 34.000. O pagamento foi realizado em setembro de 2021.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de agosto de 2021, foi deliberado o aumento de capital, com a capitalização de parte das reservas especiais de lucros no montante de R\$ 291.000, sem a emissão de novas ações e aprovado pelo Banco Central do Brasil em 30 de setembro de 2021.

22 Lucro por ação

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro líquido por ação atribuído aos acionistas do Banco para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Banco Volkswagen S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**
Em milhares de reais

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Numerador		
Lucro líquido do exercício	260.609	316.282
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	312.956	312.956
Lucro líquido por ação (em reais)	0,83	1,01

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação, pois não há ações com potencial efeito diluidor.

23 Receitas e despesas de juros

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Receitas de juros e rendimentos similares		
Operações de crédito e arrendamento mercantil	2.665.709	2.411.330
Aplicações no mercado aberto	64.101	68.824
Aplicações em fundos de investimento	5.964	3.314
	2.735.774	2.483.468

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Despesas de juros e encargos similares		
Depósitos a prazo	(347.604)	(215.204)
Empréstimos e repasses	(122.297)	(136.530)
Dívidas subordinadas	(180.856)	(180.187)
Recursos de letras financeiras	(331.439)	(79.982)
Captações no mercado	(133.104)	(97.130)
Passivos mensurados a valor justo e derivativos utilizados para hedge	(25.737)	(34.761)
Operações de venda de ativos financeiros	(25.291)	(24.946)
Instrumentos financeiros derivativos	9.714	(207)
Outras	(13.349)	(14.973)
	(1.169.963)	(783.920)

24 Despesas gerais e administrativas

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Despesas com serviços técnicos especializados	(417.040)	(410.228)
Despesas com registro de contratos	(51.267)	(55.221)
Depreciação, amortização e perda por redução ao valor recuperável	(4.494)	(9.606)
Despesas com propaganda e publicidade	(3.996)	(4.173)
Despesas com arrendamento mercantil operacional	(2.574)	(2.805)
Despesas com telecomunicações	(3.855)	(4.974)
Despesa de pessoal	(3.537)	(3.713)
Outras	(4.756)	(4.859)
	(491.519)	(495.579)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais

25 Outras receitas operacionais

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Reversão de provisões (i)	188.657	144.323
Recuperação de encargos e despesas (ii)	36.639	66.887
Atualização monetária de impostos a compensar e depósitos judiciais	25.687	27.674
Rendas Operacionais – Valores Absorvidos	6.062	4.705
Lucro na alienação de imobilizado / intangível	3.593	3.031
Outras	107.617	83.716
	<u>368.255</u>	<u>330.336</u>

- (i) Refere-se principalmente a reversão de provisões para passivos contingentes e obrigações legais.
(ii) Refere-se principalmente a receitas de recuperação de créditos baixados como prejuízo.

26 Outras despesas operacionais

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Despesas com provisões operacionais (i)	209.461	188.791
Despesas tributárias	143.512	132.713
Despesas com honorários advocatícios e custas judiciais e administrativas	80.366	65.668
Despesa com comissões	140.267	111.344
Prejuízo na alienação de imobilizado / intangível	8.501	2.887
Variação monetária passiva de impostos	1.423	910
Despesas com busca e apreensão	106	1.203
Outras	64.027	37.052
	<u>647.663</u>	<u>540.568</u>

- (i) Refere-se, principalmente, a despesas com provisões para passivos contingentes e obrigações legais.

27 Imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	615.877	602.663
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(261.804)	(271.198)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Exclusões (adições) permanentes	(33.545)	3.309
Exclusões (adições) temporárias		763
Incentivo fiscal	8.784	13.070
Efeito majoração CSLL (5%)	(30.185)	21.622
Outros	276	(9.475)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL sem crédito tributário	-	1.306
Diferenças temporárias sem crédito tributário	-	(4.761)
Total imposto de renda e contribuição social	<u>(316.474)</u>	<u>(245.364)</u>

Banco Volkswagen S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020**
Em milhares de reais**28 Transações com partes relacionadas**

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.2) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas.

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2021	2020	2021	2020
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda				
Depósitos a prazo	(2.685.640)	(2.029.425)	(62.553)	(70.797)
Letras financeiras subordinadas	(1.988.010)	(1.992.001)	(181.913)	(179.288)
Contas a receber – valores a ressarcir	36.429	17.037	163.797	232.339
Arrendamento mercantil financeiro	1.516	-	74	-
MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda				
Depósitos a prazo	(1.735.506)	(1.083.972)	(63.656)	(20.026)
Contas a receber – valores a ressarcir	402	477	273	1.410
Volkswagen Participações Ltda				
Operação de crédito	112.316	107.449	4.867	449
Depósitos a prazo	(323.149)	(680.302)	(24.977)	(13.236)
Sociais e estatutárias	-	(101.668)	-	-
Contas a pagar	(17.734)	(20.118)	-	-
Outras despesas administrativas	-	-	(153.513)	(160.415)
Fleetzil Locações e Serviços Ltda				
Depósitos a prazo	(108.747)	(176.826)	(4.707)	(3.112)
Operação de crédito	33.982	99.028	(4.009)	3.933
Títulos e créditos a receber	23.460	53.948	40	-
Volkswagen Financial Services AG				
Contas a receber – valores a ressarcir	-	347	(34)	(154)
Contas a pagar	(412)	-	(5.403)	-
AUDI Brasil Distribuidora de Veículos Ltda				
Depósitos a prazo	(528.413)	-	(17.701)	(2.015)
Contas a receber - valores a ressarcir	40	342	618	2.492
VW FS Digital Solutions GmbH				
Contas a pagar	-	(1.809)	(49.881)	-
Volkswagen Bank GmbH.				
Contas a pagar	(1.214)	-	(1.214)	-
MAN Energy Solutions Brasil e Equipamentos e Serviços Ltda.				
Contas a receber - valores a ressarcir	(20.810)	-	(610)	-
Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda				
Contas a receber – valores a ressarcir	290	118	492	363

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais**

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades do Grupo, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração dos serviços prestados ao Grupo no período corresponde a

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Benefícios de curto prazo	12.520	12.980
Benefícios pós-emprego	305	270
Outros benefícios de longo prazo	358	584
	13.183	13.834

29 Informações Suplementares

O exercício de 2021 foi sem dúvidas um ano desafiador, marcado por uma situação de calamidade pública ocasionada pela pandemia, seguida de instabilidade significativa nos setores econômico, político e social. A Volkswagen está adversamente exposta a todos estes efeitos e fatores externos.

As restrições de atividades econômicas, **dentre outras medidas restritivas tomadas para contenção da disseminação do vírus** ocasionou a necessidade de provisões de crédito, concentradas no método de perda esperada, devido à instabilidade de mercado, seja de nossas empresas ou clientes, que tiveram seu faturamento comprometido.

Ainda neste cenário, superando muitos obstáculos, a companhia atingiu excelentes resultados, extrapolando a meta estipulada para o ano. A prontidão à resposta da contingência pelo coronavírus, a ampliação e a transparência da comunicação sobre as ações tomadas pela empresa alinhadas à seus valores e cultura, certamente contribuíram com o resultado.

O Banco Volkswagen adotou as medidas preventivas, agindo de acordo com a Organização Mundial da Saúde, visando a proteção de seus colaboradores, clientes e parceiros comerciais, investindo no desenvolvimento de ferramentas e canais digitais, viabilizando a continuidade de suas atividades via trabalho remoto. Outras ações e iniciativas foram tomadas durante esse período para oferecer suporte à seus clientes, como a flexibilização dos pagamentos e renegociações e canais de atendimento disponibilizados para atender às suas necessidades de forma individual. Estas ações foram ponderadas de forma sustentável, viabilizando a contenção da inadimplência alinhadas ao gerenciamento de riscos da carteira de crédito.

A Volkswagen encerra o ano de 2021 muito próxima à liderança de mercado, porém afirma que o objetivo principal é continuar a crescer, ganhando participação com rentabilidade e produtos sustentáveis.

30 Evento Subsequente

No exercício de 2022 vamos observar uma queda nos saldos patrimoniais no Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda. - CNVW devido a mudança de critérios e procedimentos contábeis para os recursos de grupos encerrados.

DIRETORIA

JÖRG MICHAEL PAPE
Diretor

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO
Diretor

LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
Diretor

LEONARDO VIEIRA DA ROCHA
Diretor

CONTADOR

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0

* * *